

ÉTICA, UTOPIA E REFORMAS: A ENCRUZILHADA ATUAL

Sirio Lopez Velasco*

Resumo

A ética argumentativa que proponho conduz a três normas de validade intersubjetiva universal que orientam toda nossa ação histórica rumo a um horizonte utópico ecomunitarista, onde teriam plena realização. Ora, não há uma oposição a-dialética entre "revolução" e "reforma", e ambas rimam com "democracia", entendida como a ordem onde "os mais decidem". Mas hoje, à luz de experiências concretas que estamos vivendo no Brasil e no Uruguai, está na hora de se resgatar do esquecimento, embora corrigindo-as e atualizando-as, algumas advertências feitas por Ernesto Guevara nos anos 60, como modo de se encarar teórico-praticamente a encruzilhada que se abre nos dias atuais diante da esquerda da América Latina. Essa encruzilhada consiste em: ou levar a sério o propalado horizonte pós-capitalista agindo em consequência dentro e fora da legalidade vigente, ou renunciar explicitamente a qualquer aspiração pós-capitalista e a assumir de vez o paradigma intra-capitalista social-democrata europeu, enriquecido, talvez, com algumas pinceladas pseudo-ecologistas superficiais.

Abstract

The argumentative ethics I propose leads to three standards bearing a universal intersubjective value and guides all our historic action towards an utopian goal, which. I call "ecomunitarianism". A non-dialectal

* Sirio Lopez Velasco é Doutor em Filosofia. Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Membro do GT "Ética e Cidadania".

contradiction between "revolution" and "reform" does not exit, and both bind with democracy, structuring a society where "more and more people take up the decisions". But at present, looking at some Brazilian and Uruguayan experiences, it is worth remembering (making an aggiornamento of those ideas) some warnings made by Ernesto Che Guevara in the sixties, to solve the dilemma faced by the Latin American left: they zealously struggle with a view to achieving the post-capitalistic horizon defended up to now, or they explicitly renounce to it and assume the intracapitalistic paradigm of the European Social Democrats (their superficial ecologism included).

1. A ética argumentativa

Tenho caracterizado a Ética como o conjunto dos Quase-Raciocínios-Causais (QRC) que respondem à pergunta "Que devo fazer?". Um QRC é uma expressão linguística composta por um obrigativo seguido pelo operador não veritativo "porque", seguido de um enunciado (que é o suporte falseável do mencionado obrigativo). Isto faz com que a ética seja não-dogmática e mutável historicamente em função do que entendemos por verdadeiro ou falso num dado estágio de nosso conhecimento e nossa argumentação. Também pretendo que, se investigarmos a gramática profunda daquela pergunta, com a ajuda do operador de "condicional" (representado por "*" e diferente do de "implicação" pois sua tabela veritativa é a que segue) podemos descobrir três normas éticas que têm validade intersubjetiva universal (pelo menos ao interior da chamada cultura ocidental) por via estritamente argumentativa (ver Lopez Velasco 1996).

p	I	q	I	p	*	Q
v	I	v	I	v		v
v	I	f	I	v		v
f	I	v	I	f		f
f	I	f	I	f		v

Estas normas, derivadas das condições da "felicidade" da mencionada pergunta (no sentido de Austin, 1962), precedem o nosso conhecimento sobre elas, mas, uma vez "descobertas" nos obrigam tanto quanto o fazem as regras gramaticais do português, que precedem o conhecimento consciente que delas temos até irmos à escola. (Aliás, elas, assim como acontece com as normas do português, também podem ser desrespeitadas apesar e depois de conhecidas!).

Formuladas tecnicamente as três normas se apresentam como segue:

1ª norma:

Devo garantir minha liberdade individual de decisão porque eu garanto minha liberdade individual de decisão é condição de a pergunta "Que devo fazer?" é feliz;

2ª norma:

Devo buscar consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta "Que devo fazer?" porque eu busco consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta "O que devo fazer" é condição de a pergunta "Que devo fazer?" é feliz;

3ª norma:

Devo preservar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo porque eu preservo uma natureza saudável do ponto de vista produtivo é condição de a pergunta "Que devo fazer?" é feliz.

Breve e informalmente podemos resumir a dedução dessas normas, usando o conceito austiniano das condições de felicidade dos atos linguísticos e o novo operador lógico de "condicional", como segue:

1ª norma:

Constata-se que a pergunta pelo **QUE** devo fazer pressupõe a capacidade de escolher entre pelo menos duas alternativas diferentes de ação, o que supõe por sua vez

liberdade de decisão, o que coloca esta última como condição da realização feliz da pergunta "Que devo fazer?";
2ª norma:

Constata-se que o enunciado da pergunta em questão abre o leque dos possíveis autores de respostas ao conjunto de todos os seres humanos capazes de entender a interrogação, o que coloca a obrigação de construir consensualmente cada resposta para cada instância da pergunta "Que devo fazer?" como sendo condição para sua realização feliz;

3ª norma:

Constatando que além da linguagem, o trabalho constitui característica do único ser, o humano, capaz de formular-responder a pergunta que institui o universo ético-moral, e que o trabalho necessita de uma natureza saudável do ponto de vista produtivo, deduz-se que esta é condição (da realização feliz) da pergunta "Que devo fazer?].

Simplificando, a primeira destas normas nos compromete a zelar pela realização progressiva da nossa liberdade individual de decisão (superando toda situação de repressão e auto-repressão alienada).

A segunda estabelece o limite e o contexto dessa mesma liberdade na construção consensual das decisões relativas às nossas vidas.

A terceira norma da ética, por sua vez, estabelece a obrigação de zelarmos pela preservação e regeneração de uma natureza saudável do ponto de vista produtivo (sendo que tal natureza abrange tanto o ser humano quanto os entes não-humanos).

2. Ética e utopia

Sustento que essas três normas orientam toda nossa ação histórica rumo a um horizonte utópico

ecomunitarista (nunca alcançável de fato, mas imprescindível alvo-guia da *praxis*), onde teriam plena realização. E caracterizei resumidamente o ecomunitarismo como sendo: 1) a ordem sócio-ambiental onde as relações humanas estão pautadas pela constituição planetária efetiva do gênero humano, guiada pela consigna "de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade" (entendendo que as necessidades também são definidas e redefinidas historicamente à luz das três normas éticas); 2) onde as relações entre a comunidade humana e a natureza não-humana pautam-se pela sustentabilidade concretizada, entre outras coisas, através da prática dos "3 R" (reduzir, reutilizar e reciclar) em matéria de recursos (que deverão ser ao máximo possível renováveis) e dos resíduos; e 3) onde são superadas as relações de dominação nas esferas da erótica, a pedagogia, a economia, a política, a cultura e os nexos inter-étnicos, e também é deixada para trás a auto-repressão alienada em todas as vivências do indivíduo (López Velasco 1996, 1997, 2000).

Ora, definida a meta utópica há de se refletir sobre as modalidades de ação que podem nos aproximar dela. Nas linhas que seguirei tratarei tão somente da dimensão política (cfr. Lopez Velasco 2000; para as outras dimensões acima citadas cfr. Lopez Velasco 1996 e 1997).

3. Ética, utopia e reformas

À luz de experiências concretas que estamos vivendo no Brasil e no Uruguai, me pergunto se não está na hora de se resgatar do esquecimento, embora corrigindo-as e atualizando-as, algumas advertências feitas por Ernesto Guevara nos anos 60, como modo de se encarar teórico-praticamente a encruzilhada que se abre nos dias atuais diante da esquerda do Conesul. Em 1968 Guevara alertava que:

"En las fuerzas progresistas de algunos países de América existe una confusión terrible entre objetivos tácticos y estratégicos; en pequeñas posiciones tácticas se ha querido ver grandes objetivos estratégicos...En los lugares donde ocurren estas equivocaciones tan graves, el pueblo apronta sus legiones año tras año para conquistas que le cuestan inmensos sacrificios y que no tienen el más mínimo valor..."

E continua Guevara:

"Son pequeñas colinas dominadas por el fuego de la artillería enemiga. La colina parlamento, la colina legalidad, la colina huelga económica legal, la colina aumento de salarios, la colina constitución burguesa, la colina liberación de un héroe popular. Y lo peor de todo es que para ganar estas posiciones hay que intervenir en el juego político del estado burgués y para lograr el permiso de actuar en este peligroso juego, hay que demostrar que se puede estar dentro de la legalidad burguesa. Hay que demostrar que se es bueno, que no se es peligroso, que no se le ocurrirá a nadie asaltar cuarteles, ni trenes, ni destruir puentes, ni ajusticiar esbirros, ni torturadores, ni alzarse en las montañas, ni levantar con puño fuerte y definitivo la única y violenta afirmación de América: la lucha final por su redención". ("Táctica y estrategia de la revolución Latinoamericana", in *Verde Olivo*, 02/10/1968, in Guevara 1970, p. 493-506, p. 505).

Que o Che precisa ser levado a sério e não só ser pintado em camisetas ou cartazes de passeatas, o demonstra

o fato de que **doze** anos antes do ocorrido com Salvador Allende, Guevara, que havia testemunhado o Golpe contra Arbenz na Guatemala nos anos 50, escreveu estas premonitórias palavras:

"Y cuando se habla de poder por la vía electoral nuestra pregunta es siempre la misma: si un movimiento popular ocupa el gobierno de un país por amplia votación popular y resuelve, consecuentemente, iniciar las grandes transformaciones sociales que constituyen el programa por el cual triunfó, ¿no entraría en conflicto inmediatamente con las clases reaccionarias de ese país?, ¿no ha sido siempre el ejército el instrumento de opresión de esa clase? Si es así, es lógico razonar que ese ejército tomará partido por su clase y entrará en conflicto con el gobierno constituido. Puede ser derribado ese gobierno mediante un golpe de estado más o menos incruento y volver a empezar el juego de nunca acabar...". ("Cuba: excepción histórica o vanguardia en la lucha anticolonialista?", *Verde Olivo*, 9 de abril de 1961, in Guevara 1970, p. 403 - 419, p. 414).

4. Refletindo com e contra Guevara

Acho que podemos opinar que Guevara exagerou e errou quando ao falar daquelas "colinas táticas" (que eram o parlamento, a legalidade, a greve econômica legal, o aumento de salários e a libertação de um herói popular) julgou que não tinham "o menor valor"; de fato a dialética entre reforma e revolução pode conceder-lhes algum ou inclusive muito valor, segundo as circunstâncias de cada

momento histórico. Nesse sentido defendi na caminhada rumo ao ecomunitarismo até a contribuição de representantes parlamentários e a utilidade de se fazer aprovar certas leis ou medidas judiciais de interesse popular (cfr. López Velasco 2000, Cap. 4, Segunda Parte: lei de propriedade de terrenos em bairro miserável, e decisão judicial de indenização de pescadores artesanais afetados por crime ambiental).

Creio também que se pode acusar Guevara de não reconhecer cabalmente que a democracia burguesa é um momento da realização histórica do indivíduo universal [com seus direitos de liberdade de religião, de pensamento, de reunião (não sempre de associação, por exemplo quando esta é considerada subversiva pelo regime)] e até de publicação [e não digo de imprensa porque sabemos que a grande imprensa, que é a que tem peso maciço na formação da chamada opinião pública, que como Habermas já mostrou em 1962 (Habermas 1962) não é nem "pública", nem "opinião", está em mãos da classe dominante], liberdade de opção sexual, relativa liberdade de viajar, além de outras liberdades mais específicas, como a de cátedra, que existindo desde a Idade Média encontra amparo pelo menos em algumas ilhas da sociedade capitalista [não assim na ex-RDA onde todos os docentes de filosofia considerados marxistas foram sistematicamente expulsos pela administração Kohl de seus cargos]; e a partir de tais méritos, e da lucidez e firmeza que em princípio é imputável a quem tem horizontes revolucionários, poderia até parecer ridículo o aparente temor genérico de Guevara à participação no "jogo político do estado burguês".

Como muitos dos que nos iniciamos nas lutas políticas dos anos 60, aprendi com o tempo que não há uma oposição a-dialética entre "revolução" e "reforma", porque as reformas podem preparar a revolução e porque "a revolução" (entendida como "a tomada do poder do Estado"

por uma proposta econômico-político-cultural até então não-hegemônica) deve ser seguida por reformas incessantes se quiser evitar o fim lamentável do "socialismo real" europeu [que Paulo Freire já antecipara em 1970 na sua "Pedagogia do Oprimido" (Freire 1970) e que se fez realidade brutal com a franca adoção pura e simples do capitalismo na URSS e no chamado "campo socialista" europeu depois de 1989]. Diferente da revolução a reforma significa uma mudança (para "melhor", no entendimento daqueles que a promovem) **dentro** e sem alterar a hegemonia em vigor (nos planos econômico, político, militar e/ou cultural).

Assim, no volume 3 da minha "Ética de la Liberación" e desde uma ótica sócio-ambiental anotei algumas categorias e formas de ação que, sem romper com a legalidade vigente, são instrumentos táticos, de curto prazo, da aspiração ecomunitarista, cujo prazo de realização é indefinido (e de fato infinito); citei ali a ação com comunidades de bairros marginais e/ou vítimas de agressões ambientais, os LETS (Sistemas Locais de Emprego e Intercâmbio, redes solidárias de economia de sobrevivência paralela-alternativa; cfr. Mance 2000), não me esqueci dos sindicatos e partidos (desde que estes mantenham o rumo ecomunitarista, se democratizem no seu funcionamento e impeçam a eternização dos dirigentes nos seus cargos) e até resgatei o papel dos "Bancos Éticos" e do "consumo crítico" (ver López Velasco 2000, Cap. 4, Segunda Parte).

Agora, acho que as advertências de Guevara servem, em especial à luz dos *impasses* sofridos por administrações de esquerda no Brasil e no Uruguai, a que, à luz da ética argumentativa que proponho, seja repensada a dialética reforma-revolução e a forma de se lidar com os limites da legalidade vigente no dia-a-dia das lutas sócio-ambientais do presente. [Quando falo de "esquerda" refiro-

me à tendência plural dos que aspiram a uma sociedade pós-capitalista onde se faça possível a realização de indivíduos universais porque tem sido superada a exploração e a dominação entre seres humanos e também se detenha-reverta a atual devastação praticada contra a natureza não-humana; e quando faço alusão aos *impasses* dos governos de esquerda no Brasil e no Uruguai refiro-me aos tristes finais dos governos Buais em Espírito Santo e Buarque em Brasília/DF, aos entraves institucionais, frustração de expectativas quanto a rápidas mudanças para graves problemas das áreas de saúde e emprego, e conflitos salariais de Dutra com os funcionários estaduais no Rio Grande do Sul, e a problemas semelhantes aos de Dutra sofridos pelo governo da Frente Ampla em Montevideu durante toda a última década].

Que dizer hoje sobre "revolução" e "poder"? Embora ambos os termos estão em desuso, inclusive na esquerda, creio que não obstante indicam fatos sociais reais: a) é óbvio que o "poder" não se pode reduzir ao do Estado e que há de se considerar as instâncias de sua expressão "micro", como o apontara Foucault; mas a questão é que há indivíduos e grupos que decidem e outros que não o fazem, e nisso (contrariando a primeira e a segunda norma da Ética, para aqueles que não podem decidir) está o "poder", que não é uma coisa mas uma relação, exatamente a que medeia-constitui decididores de um lado (chamados de "tomadores de decisão") e não-decididores do outro; b) creio que hoje há indivíduos e grupos, representantes de certos segmentos sociais articulados em alianças, não isentas de contradições, que decidem (na economia, na política e na cultura) e outros que não o fazem (contrariando de igual forma a primeira, a segunda, e, muitas vezes também, pelas conseqüências ecológicas das decisões tomadas, a terceira norma ética); neste contexto "revolução" pode ser redefinida como o processo de fazer com que os que hoje não decidem passem a decidir; para que isso aconteça, as possibilidades, pelo

menos em teoria, seriam duas: 1) Os que hoje não decidem passam a fazê-lo tirando os primeiros da função decisória; 2) os que hoje não decidem acessam à possibilidade de decidir somando-se aos que a exerciam com exclusividade; no relativo à economia-política a história indica que tem havido "revolução" quando tem acontecido a primeira dessas possibilidades, e creio (e haveria que se aprofundar o estudo disto) que hoje ainda é válida essa opção. Já para outras esferas como a erótica, a pedagógica, e, em parte a ecológica, a segunda não somente é possível, mas também desejável a partir das três normas da ética. (Dois exemplos ilustrativos: no Rio Grande do Sul os alunos já votam para escolher os Diretores das escolas estaduais, e em vários pontos do Brasil, com a mobilização de comunidades diversas, já conseguimos co-administrar questões ecológicas relevantes).

Se "democracia" é entendida agora, não como "governo do povo", mas como "ordem na qual os mais decidem", então se verá que "revolução" combina com ela, pois tanto na 1ª possibilidade como na 2ª antes citada, passa a decidir mais gente que a que o fazia antes.

Mas, tem que se abandonar a "democracia burguesa" quando aparecem à vista os limites que impedem avançar para além de um horizonte capitalista?". A questão é seríssima, tanto teórica quanto praticamente porque sabemos que muitas vidas estão em jogo.

Neste momento da minha reflexão-vida acredito que no dia-a-dia há de se viver e transbordar a democracia burguesa.

Assim, além das atividades realizadas em ótica ecomunitarista dentro da lei vigente, citei outras ações que rompem com a legalidade capitalista pontualmente e que ao parecer Guevara não levou em consideração, como as ocupações de terras, prédios públicos e/ou lugares ameaçados de holocausto cultural ou catástrofe ecológica (como as realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, MST, no Brasil e os movimentos do ecologismo popular na Índia, cfr. López Velasco 2000, Cap. 1), e ainda

as ações diretas a cargo de organizações (como as levadas a cabo periodicamente em diversas partes do mundo por *Greenpeace*).

E já coincidindo com Guevara inclui também ações de propaganda armada (como as realizadas pelo *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* no Uruguai dos anos 60 e 70), excluindo (como aliás o fez também expressamente o MLN) as de caráter terrorista, ou seja aquelas cujas vítimas podem ser indiscriminadamente pessoas alheias por completo às forças beligerantes.

Mas, como justificar essas ações aparentemente contraditórias com a obrigação de construir consensualmente estipulada pela segunda norma da ética? Em primeiro lugar, fazendo notar que consenso não é unanimidade e não significa ausência de conflitos (inclusive violentos, em qualquer um dos diversos sentidos que possa se atribuir ao termo "violência"); e em segundo lugar lembrado com Apel (1973 e 1994) e com as observações que em "Ética de la Producción" (Lopez Velasco 1994) eu fazia para além de Apel, que na situação do mundo assimétrico atual a criação das condições básicas igualitárias para tornar possível a construção de um consenso entre livres passam às vezes pela exercício da violência por parte daqueles que estão alijados das mesas onde se tomam as decisões econômicas, políticas, militares e culturais.

Conclusão

Para terminar e a modo de conclusão, três perguntas e respostas. Se a meta é uma ordem pós-capitalista, as mencionadas experiências do Brasil e Uruguai nos levam a perguntar lembrando a advertência de Guevara:

1ª: Pode a esquerda governar sujeitando-se aos limites da legalidade capitalista e não transbordá-la, sem trair o seu pretense horizonte pós-capitalista?; minha resposta é "não";

2ª: Se a meta proclamada pela esquerda é o socialismo, pode essa esquerda ignorar na sua postura reivindicativa clássica a realidade espartana de Cuba depois de 40 anos de revolução, e fazer do aumento salarial o *leitmotiv* da ação sindical, para cair em conflitos fratricidas e frustrações nessa matéria quando tem que atacá-la desde o governo?; minha resposta é "não";

3ª: Não *deveria* a esquerda, superando a sua tradicional postura reivindicativa, adotar o paradigma da qualidade de vida sustentável, marcado pela frugalidade e, desde já, por novas vivências sócio-ambientais comunitárias como a dos LETS e agir dentro e fora da legalidade vigente rumo ao ecomunitarismo?; minha resposta é "sim".

Em cada uma dessas perguntas as outras alternativas implicam na renúncia explícita a qualquer aspiração pós-capitalista e a assunção do paradigma social-democrata europeu, enriquecido, talvez, com algumas pinceladas pseudo-ecologistas superficiais (cfr. EP-FA 1999, Capítulo sobre Meio Ambiente). Assim, há para a esquerda atual uma encruzilhada que se define nos seguintes termos: ou honram-se as pretensões pós-capitalistas reassumindo as preocupações de Guevara e a ótica derivada da nossa ética argumentativa que implica viver e, simultaneamente, transbordar a legalidade capitalista vigente, ou adota-se com transparência (e para menos sofrimento e decepções de velhos e jovens militantes) os limites da prédica e da ação social-democrata ao interior do capitalismo.

Referências bibliográficas

- APEL, K.O. (1973). *Transformation der Philosophie*. Suhrkamp, Frankfurt; ver em português "Estudos de Moral Moderna", Vozes, Petrópolis, 1994.
- AUSTIN, J.L. (1962). *How to do things with words*. Clarendon Press, London; ed. Oxford Univ. Press,

London-N.York, 1984.

EP-FA. (1999). "País Productivo". In La República en la Red [www.diariolarepublica.com], Montevideo, 11/09/99.

FREIRE, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

GUEVARA, E. (1970). *Obras 1957-1967*. Casa de las Américas, La Habana, (2 Tomos).

HABERMAS, J. (1962). *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Neuwied, Frankfurt.

LOPEZ VELASCO, S. (1994). *Ética de la producción*. CEFIL, Campo Grande.

LOPEZ VELASCO, S. (1996). *Ética de la Liberación*, v. I Oikonomia, CEFIL, Campo Grande, Brasil.

LOPEZ VELASCO, S. (1997). *Ética de la Liberación*, v. II (Erótica, Pedagogia, Individuología), CEFIL, Campo Grande, Brasil.

LOPEZ VELASCO, S. (2000). *Ética de la Liberación*, v. III (Política socio-ambiental ecomunitarista), EDGRAFI, Rio Grande, Brasil.

MANCINI, E. (2000). *A revolução das redes*. Vozes, Petrópolis.

MESAROVIC, M. & PESTEL, E. (1975). *Momento de decisão: o Segundo Informe ao Clube de Roma*. Ed. Agir, Rio de Janeiro.